

A CONSTRUÇÃO COLETIVA DE UM PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Unicamp

itcp@itcp.unicamp.br

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar o processo de construção coletiva do projeto político pedagógico (PPP) da ITCP/Unicamp. Tal processo se inicia no esforço de sistematizar a reflexão sobre o nosso trabalho que já vinha ocorrendo internamente e na prática junto aos empreendimentos incubados. O PPP aqui apresentado como resultado de um esforço coletivo traz teoria, princípios e métodos que fundamentam nossa prática. Para isso, o texto está dividido em três partes. Na primeira parte, descrevemos a metodologia de construção coletiva do PPP. Na segunda parte, apresentamos os resultados desse processo. Por fim, na terceira parte, trazemos algumas considerações finais sobre esse processo e a importância da construção coletiva de nossos pilares. O formato final é a materialização de uma experiência de autogestão e construção coletiva do conhecimento.

Palavras-chave: projeto político pedagógico; educação popular; autogestão.

INTRODUÇÃO

15

Durante os meses de Março a Julho de 2009, os membros do coletivo de formadores da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual de Campinas (ITCP/Unicamp) se reuniram em torno de estudos coletivos e grupos de trabalho que tinham como foco a construção de um novo PPP para a Incubadora. Os estímulos para tal empreitada foram diversos, mas dois possuem maior relevância. O primeiro deles foi o Encontro de Formadores da Rede Sudeste de ITCPs do ano de 2009, com o tema “O Projeto Político das Incubadoras” portador da pretensão de confrontar diferentes concepções sobre os significados e conteúdos dos projetos políticos, bem como apontar para o mínimo de unidade conceitual entre as Incubadoras participantes. O segundo, por outro lado, foi a necessidade interna do diálogo entre os diversos saberes e posições de um grupo que, apesar de certa identificação com projetos políticos anteriores, não se sentia completamente representado por eles.

A construção coletiva de um PPP

O processo de construção de nosso PPP se iniciou com uma reflexão sobre o que seria um PPP e quais elementos ele deveria conter. Assim, realizamos um primeiro estudo coletivo com a leitura dos dois projetos políticos anteriores da incubadora e do texto “La Gestión de la Educación: su significado a partir de propuestas pedagógicas institucionales” de Luis Aguilar, que nos serviu de base para a construção do novo PPP. A discussão teve dois momentos: em um primeiro, pensamos sobre a forma e em que situações a ITCP atuava (ou deveria atuar); no segundo, discutimos mais precisamente a estrutura de nosso projeto, que seguiu a proposta do texto-base.

Sendo assim, nos dividimos em grupos de trabalho responsáveis por pensar e formular sobre eixos temáticos trazidos por Aguilar (1997): Estrutura e Conjuntura da Sociedade, Princípios Ético-Valorativos, Histórico da Instituição e Processo de Produção de Conhecimento. Esses grupos de trabalho se reuniram para a produção do texto inicial do PPP.

Após essa etapa outros dois estudos coletivos serviram à leitura dos textos produzidos, com análises e apontamentos para a versão final. Entre os estudos, os textos eram modificados pelos grupos responsáveis, de acordo com as sugestões do coletivo. Além das partes sugeridas pelo texto-base, incluímos uma quinta parte descrevendo a nossa metodologia de incubação. Por fim, as partes foram unidas em um documento final que foi revisado para que ganhasse coesão.

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ITCP/UNICAMP

O PPP está dividido em cinco partes: estrutura e conjuntura da sociedade, princípios, histórico da ITCP/Unicamp, produção do conhecimento e metodologia de incubação.

I. ESTRUTURA E CONJUNTURA DA SOCIEDADE

O capitalismo é o modo de produção regido pelo capital, que é, por sua vez, uma relação social estabelecida entre um indivíduo (ou grupo) de possuidores de meios de produção com outros indivíduos despossuídos de meios de produção, possuidores apenas de sua força de trabalho. Essa é uma relação de troca, onde o trabalhador troca seu trabalho por um salário que permita reproduzir sua existência cotidiana. O que a caracteriza como relação capitalista é o fato da troca ser desigual, ou seja, o detentor dos meios de produção ganha um valor maior de força de trabalho do que aquele que a entrega em forma de salário.

Há muitas formas e armadilhas para que a relação de troca desigual persista como a exploração direta da força de trabalho mediante a opressão, a violência e o desgaste físicos e o surgimento de novas tecnologias que tem por finalidade intensificar a pilhagem de trabalho.

Além destes aspectos objetivos, existem também os aspectos subjetivos, como a naturalização da desigualdade por meio de uma ideologia dominante que, se apodera do direito, da educação e da cultura pregando uma suposta imutabilidade da natureza humana e dos padrões vigentes de relação social.

Dado o desenvolvimento histórico do capitalismo, essa configuração adquire complexidade cada vez maior. Ainda assim, se a polarização no campo da vida material deixa de ser tão clara, ela persiste com força no campo da ideologia a que nos referimos anteriormente. Negamos o fim da história, partilhamos da concepção de que seu motor é a luta entre as classes exploradas e exploradoras. Para além, se trata de projetos de sociedade distintos: o projeto capitalista, fundado na mercantilização total da sociedade, o que congrega a exploração de homens por homens e o projeto alternativo, ansioso pelo fim da sociedade de classes e pela centralidade da solidariedade entre os trabalhadores.

Os componentes da luta de classes, em seus aspectos táticos, estratégicos e físicos dependerão dos limites, possibilidades, alternativas e escolhas dados pelo desenvolvimento da história em determinado tempo e espaço. Observaremos diferentes formas de embate que serão vitoriosas, derrotadas, naufragarão e ressurgirão sem possibilidade de previsão de algum padrão estável de dinâmica social. Da Comuna de Paris ao Welfare State, da luta quilombola à Consolidação das Leis do Trabalho, uma série de avanços e retrocessos nas finalidades e formas de disputa dos projetos societários. Nós, brasileiros, somos a síntese da batalha específica travada nesse chão, e carregamos em nós esse DNA histórico que definirá a maneira pela qual se dará o combate no presente e no futuro. Por isso é necessário entender a nossa posição na sociedade do capital e as alternativas que apresentamos a essa hegemonia.

Somos filhos da divisão internacional do trabalho, processo que visava a ampliação de mercados para os capitais internacionais já desenvolvidos. Somos filhos de um negócio, da reificação de um território.

Há mais de cinquenta anos as elites modernizantes tentam reproduzir aqui um padrão intermediário de sociabilidade, um capitalismo menos agressivo ao trabalho, nos moldes europeu ou americano. Os planos de industrialização de meados do século XX que pressupunham um Estado poderoso e a ampliação do emprego foram vitoriosos em alguns desses pontos, à época de sua disseminação. Apesar de representar um projeto de sociedade ainda capitalista, sua discussão e implantação aconteceram em um momento histórico privilegiado para abrir o debate sobre a democratização e reconquista do território. A classe

trabalhadora organizou-se por meio de sindicatos e partidos políticos fortes, avançou na apresentação de seu projeto distintivo de sociedade.

No entanto, as pressões interna e externa pela manutenção do status de colônia foram sempre mais fortes. Orgânica a elas, a ideia de manutenção de uma sociedade em que a maior parcela da classe trabalhadora é despossuída dos meios de produção e de qualquer possibilidade de ser integrada ao esquema de reprodução como ofertante da força de trabalho. Uma estrutura de classes com a marca específica da América Latina.

Na prática, as últimas décadas viram uma situação de dramática retirada de direitos, ao mesmo tempo em que novas estruturas laborais foram impostas no sentido de bloquear as conquistas advindas das lutas anteriores. A precarização, a terceirização, a informalidade como política macroeconômica de emprego e as diversas modalidades de desrespeito às leis trabalhistas às quais se deu o nome de flexibilização, só conseguiram exatamente o contrário. Rigidez, autoridade, falta de liberdade.

Os movimentos populares e a Economia Solidária se anunciam como resistência e luta frente à dominação do consumo desenfreado, do capital (real ou fictício), do autoritarismo, para instaurar outras relações de respeito ao meio ambiente, à diversidade sexual, à democracia, ao trabalho como centralidade na sociabilidade humana. Mais que isso, é uma resposta da classes subalternas às tentativas de organização fracassadas ou fragilizadas pela cooptação e pelas sucessivas derrotas perante as burguesias nacional e internacional.

Esse movimento é ainda pequeno perante as diretrizes mais gerais sob as quais vivemos, tem também que enfrentar suas contradições internas, geradas no processo de unificação de forças destinadas a participar do embate político a que se propõe. No entanto, não deixa de ser um movimento forte, caro a nós e, acreditamos, àqueles outros ainda insuspeitos da sua capacidade de intervir na história.

II. PRINCÍPIOS DA ITCP/Unicamp

No sentido de se colocar no enfrentamento da hegemonia do capital na sociedade brasileira e na luta de resistência das populações oprimidas, a atuação da ITCP/Unicamp dialoga com princípios e movimentos históricos que suportam nossas ações. Entretanto, também acreditamos que esses princípios não nos apareceram como conceitos estanques e hermeticamente definidos, eles se constroem junto a um conjunto de manifestações políticas históricas dos trabalhadores. São essas opções que nos levam aos princípios e vice-versa, e é exatamente por isso que não podemos deixar de falar delas aqui. Solidariedade e dialogicidade adquirem sentidos políticos somente quando vistos dentro de um arcabouço de propostas que compõem um projeto de sociedade diferente: a Educação Popular, a Autogestão e a Extensão Universitária.

Autogestão

Segundo Nascimento (2008) a autogestão como termo aplicado se manifesta na literatura na década de 1960 na França referenciando à experiência iugoslava. Já a autogestão enquanto ideia, de autogoverno e autonomia operária, permeia a luta dos trabalhadores desde o início do século XIX, tanto como ideia quanto prática organizativa. Diversos autores trazem os exemplos históricos da retomada da autogestão nesses momentos críticos.

Nessa perspectiva histórica, a autogestão não pode ser desvinculada de sua ligação aos movimentos de resistência dos trabalhadores, um fenômeno que emerge nos momentos em que o acirramento das lutas sociais projeta a autonomia no domínio econômico, político e social. A eliminação da divisão tradicional do trabalho e das estruturas hierárquicas, a partir do desenvolvimento de práticas associativas, anuncia o sentido das relações sociais novas, coletivas e igualitárias que se tornam efetivas no interior das unidades produtivas. A autogestão só tem sentido se alterar o sentido do próprio trabalho, se transformá-lo numa atividade entre outras, se torná-la tão importante quanto à participação política. A autogestão como prática social não é apenas uma utopia, mas um processo de construção diária que busca negar a situação de opressão e controle da hierarquia no sistema

capitalista. Se a perspectiva é a emancipação humana, deve-se findar a separação entre os diretores que decidem e aqueles que obedecem, entre os gestores que planejam e organizam e os trabalhadores que executam.

Para Bernardo (2006) qualquer instituição que reproduza internamente este sistema não só se submete ao Estado capitalista como se integra nele. Para ele a resignificação das relações de trabalho devem transformar as relações verticais de

hierarquia em relações horizontais de solidariedade e de coletivismo. Espaço construído com base no direito de todos se expressarem, na rotatividade nas funções e nas tarefas e a possibilidade de revogar em qualquer momento os mandatos dos representantes e dos cargos de coordenação.

Não há fins que justifiquem os meios, a superação da opressão do capital só se consolida pela experiência concreta histórica de vivenciar a autogestão, de exercer coletivamente o trabalho, o planejamento e a tomada de decisões. Autogestão que, como prática social, extrapola os muros das fábricas e das cooperativas, e atinge as organizações sociais variadas desde as associações de bairro às escolas.

A ITCP/Unicamp tem a autogestão como um de seus pilares de sustentação. Numa primeira esfera experimentando estas relações horizontais e não hierárquicas em seus processos deliberativos, criativos e de concepção de trabalho. Numa outra esfera busca construir uma relação de cooperação e construção coletiva do conhecimento com os grupos, não transformando o conhecimento acadêmico e tecnocrático em um instrumento de poder, opressão e por fim hierarquização frente às cooperativas, grupos populares e movimentos sociais que apoia e busca cooperar. Por fim, numa terceira esfera tenta incentivar a autogestão como prática social de organização interna dos grupos.

Com o olhar nas experiências históricas, essa utopia chamada autogestão persiste para além do limite do projeto emancipatório, expressa as aspirações dos trabalhadores à autodeterminação, ao autogoverno, à autogestão social. Se coloca, então, como uma possibilidade do vir a ser.

Educação Popular

A incubação de grupos populares é um processo educativo. Para fundamentar essa prática pedagógica, na ITCP/Unicamp, utilizamos autores e metodologias que têm uma proposta educativa coerente com a Economia Solidária, ou seja, baseamo-nos em teorias que trabalham com os princípios da auto-organização dos educandos, com o princípio da dialogicidade, da decisão coletiva. Assim, pretendemos apresentar a Educação Popular como nossa principal referência para a ação com os grupos com os quais trabalhamos.

A educação popular, entendida como uma educação para o povo, um processo amplo de formação da classe trabalhadora, começa no Brasil na década de 40. Trata-se de uma série de campanhas de alfabetização, programas de formação supletiva e técnica, impulsionados por uma ideia desenvolvimentista no contexto do pós-guerra. Esses programas se pautavam pelo “mínimo necessário” para o estabelecimento de melhores condições materiais de vida nas comunidades mais pobres. Setores da igreja católica, da Universidade e organizações de estudantes participavam dessas iniciativas de formação e foram responsáveis por alterar a lógica do “mínimo necessário” para uma Educação Popular com letra maiúscula, ou seja, uma concepção pedagógica politicamente assumida, que propõe desvelar as relações sociais de opressão ao longo do processo de aprendizagem (Brandão, 2002). Paulo Freire e Pistrak são autores que se pautam por esses ideais no contexto escolar ou no contexto de alfabetização de adultos.

Paulo Freire, que também iniciou sua trajetória como educador junto aos setores populares, sistematizou essa experiência e propôs uma teoria crítica às concepções de educação então vigentes. A problemática principal da obra freireana é a libertação das pessoas concretamente em suas vidas desumanizadas pela opressão e dominação social.

Foi por meio da prática e do envolvimento com a luta concreta do povo que Paulo Freire aprofunda suas reflexões e converge para paradigmas marxistas, sendo fortemente influenciado por Lucács e Gramsci. Portanto, para compreendermos a Educação Popular, faz-se necessário um entendimento geral da sociedade dividida em classes e dos instrumentos de dominação.

Este Projeto Político contém os principais pontos de partida para o trabalho com as cooperativas e grupos populares com os quais trabalhamos. A Educação Popular é um desses pontos e não deve ser compreendida enquanto um conjunto de atividades e técnicas de ensino/aprendizagem, mas como forma de iniciar a construção coletiva de uma leitura do mundo a partir da realidade dos trabalhadores associados, que é bem diferente da realidade escolar. Enquanto a escola é por excelência o lugar da aprendizagem a cooperativa é o lugar da produção do sustento.

Nesse sentido, um processo de aprendizagem que venha a ocorrer no espaço de trabalho precisa estar intimamente relacionado aos problemas, às necessidades e aos anseios desse espaço. Procuramos então uma metodologia de trabalho que considere o saber popular e o conhecimento produzido dentro dos empreendimentos como um conhecimento legítimo e necessário para a transformação da realidade.

Extensão Universitária

A ITCP é um Programa de Extensão vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da Unicamp. Assim sendo, encontra-se inserida no âmbito da Extensão Universitária. Considera-se que uma universidade deva desempenhar suas funções em três esferas de atuação junto à sociedade. Uma delas diz respeito ao *ensino*, advinda da formação acadêmica que ela oferece ao quadro discente. Outra função relaciona-se às atividades de *pesquisa*, na qual docentes e discentes desenvolvem projetos em diversas áreas do saber.

A *extensão* é o outro papel a ser desempenhado por uma universidade e assume nuances divergentes e até antagônicas dependendo da concepção adotada por seus atores. Uma concepção de extensão universitária entende que a academia é um local privilegiado para investigação e produção de conhecimento. Nesse sentido, as pesquisas são desenvolvidas prioritariamente no meio acadêmico e as tecnologias delas decorrentes devem ser estendidas à sociedade através de cursos ou projetos de inovação, caráter marcante dessa concepção.

A nossa leitura do conceito de extensão difere radicalmente desta por dois motivos principais. Primeiramente, não consideramos a academia como único local legítimo de produção do saber, entendendo que a sociedade não-acadêmica possui (e sempre possui) maneiras próprias para desenvolvimento e circulação de conhecimentos e tecnologias.

Como consequência dessa primeira ideia, temos o segundo ponto de divergência: se existem diferentes locais com diferentes formas de construção do saber não podemos falar em transmissão unilateral de conhecimento de um pólo ao outro. Partimos, então, do pressuposto de que o *diálogo* e a *comunicação* são conceitos mais adequados para designar a interação entre seus diferentes atores (acadêmicos e não-acadêmicos), que terão olhares e considerações sobre seus focos de estudos complementados e re-significados através desta relação.

Significando os princípios

A partir de uma leitura crítica do contexto social no qual estamos inseridos e com base na experiência acumulada ao longo dos últimos anos de trabalho, consideramos que os elementos aqui apresentados oferecem contribuição valiosa para as diversas atividades desenvolvidas pela Incubadora.

Vinculado a essa significação histórica na luta dos trabalhadores e na disputa por projeto de sociedade o conceito de **solidariedade** nos parece relevante para embasar nossa atuação junto aos grupos. Apesar de amplamente utilizado no campo da Economia Solidária, seus usos nem sempre podem ser considerados com o mesmo sentido que desejamos empregar em nossas práticas. A solidariedade que buscamos praticar e fomentar fundamentase em mecanismos de interação pautados na *ajuda mútua*, na *ação coletiva*, na *liderança partilhada* e no *respeito* entre os que se relacionam. Ao fazer isso, nos distanciamos de uma interpretação simplista desse conceito, que revela uma concepção assistencialista de atuação.

Quando se trata da atuação junto às cooperativas e associações populares acreditamos que esse conceito deva ser observado em duas dimensões. Uma delas é interna aos grupos e diz respeito à interação entre seus membros. A outra dimensão é externa e se foca na relação entre as diferentes instituições envolvidas. A construção de uma relação solidária em muitos casos é por natureza conflituosa devido aos diversos tipos de interesses que se somam e interagem. Tais interesses são negociados através do diálogo entre os atores envolvidos, o que pode levar a consensos mais ou menos difíceis de se alcançar.

Entendemos o exercício da auto-organização dos trabalhadores/as, a criação de finanças solidárias, o fomento a feiras e clubes de troca e outras tantas atividades como ações complexas que disputam espaço e sobrevivência por estarem inseridas num contexto social hostil às alternativas que elas apresentam. O conceito de solidariedade está ligado à ação coletiva e à disputa por outro projeto de sociedade pautada em outro tipo de relação entre as pessoas em todos os âmbitos da vida social. Assim

como o conceito de solidariedade como ação política, temos aqui outro elemento recorrente em nossas ações: a dialogicidade. Aproximamo-nos das considerações feitas por Paulo Freire a respeito do diálogo (Freire, 1999). Iniciaremos com a indagação: como negociar interesses ou construir uma relação solidária senão pelo diálogo entre aqueles que estão envolvidos? O diálogo é imprescindível num contexto de diversidade e, quando não considerado, corre-se o risco de se estabelecer relações desiguais entre aqueles que interagem, podendo aproximá-las de uma relação de opressão tão fortemente presente na economia capitalista.

Numa perspectiva libertadora, o diálogo deve estar fundado na práxis, conceito que Freire traz da filosofia a partir de Antônio Gramsci. Nesse contexto, é no espaço de diálogo onde se dá a pronúncia do mundo, onde a palavra possui duas dimensões: uma delas ligada à reflexão e outra ligada à ação. Assim, ação e reflexão caminham juntas e mantêm laços de interdependência e re-elaboração contínuas. O enfraquecimento de um desses dois elementos leva a dois quadros apresentados pelo autor: se a reflexão se distancia da prática, da ação, então o discurso é vazio. Por outro lado, se a ação não é submetida à reflexão torna-se ativismo cego, com limitação quanto ao seu potencial transformador.

Então entende-se a importância que Freire dá ao que chama de pronúncia do mundo, ou seja, à construção daqueles elementos através do diálogo fundamentado em palavras verdadeiras (que são práxis). Indivíduos e grupos que pronunciam o mundo através de palavras verdadeiras conseguem transformá-lo e recriá-lo de acordo com suas necessidades e objetivos. Isso não poderia ser diferente na prática da autogestão, onde a dialogicidade deve ser referencial permanente, pois o processo é construído com base nos espaços de diálogo existentes no grupo ou no empreendimento, a partir dos quais as decisões serão construídas e tomadas coletivamente.

III. HISTÓRICO DA ITCP/Unicamp

Na elaboração do PPP, o resgate da história da incubadora se mostrou um processo bastante difícil por conta da quase ausência de registros. Originalmente, este item é bem mais longo e detalhado com o intuito de suprir essa lacuna. Aqui, será apresentado de maneira resumida.

Formação da Incubadora

Em 2000 houve uma greve organizada pelos funcionários da Unicamp na qual, além dos funcionários da Unicamp, o sindicato chamou à participação os funcionários terceirizados da Limpeza Hospitalar do Hospital das Clínicas, sujeitos a uma precarização intensa. Esses trabalhadores foram demitidos por participarem da greve. A Coordenadoria de Relações Institucionais e Internacionais da Unicamp foi chamada a resolver essa questão e sugeriu que se formasse uma cooperativa de limpeza com as 120 pessoas demitidas.

O grupo aceitou a sugestão e foi contratado o serviço da ITCP da Universidade de São Paulo para assessorar a organização desse coletivo. Após um programa de capacitação, deu-se início a uma cooperativa popular especializada em serviço de limpeza hospitalar. Paralelamente a esse acontecimento, em 2001, assumiu a Prefeitura Municipal de Campinas o prefeito Antônio da Costa Santos, do Partido dos Trabalhadores, que tinha em seu governo uma proposta de fomento ao cooperativismo e que exerceu certa pressão para que houvesse um trabalho conjunto da Prefeitura com a Unicamp. Essa articulação levou a elaboração de uma primeira versão de Projeto de Incubadora. Posteriormente a proposta foi revisitada em um seminário com a participação de professores, alunos e funcionários, para se discutir a viabilidade de constituição de uma Incubadora dentro da Unicamp.

Em 28 de Agosto de 2001, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Unicamp foi reconhecida junto à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (PREAC), que estabelecia os objetivos da incubadora e sua coordenação pelo Conselho Orientador, presidido por um docente indicado pelo reitor.

No dia 9 de setembro de 2001, foi assinado um acordo entre a Prefeitura Municipal de Campinas e a Unicamp para formação e qualificação de grupos que viriam a se constituir como cooperativas. No dia seguinte à assinatura deste acordo, o prefeito foi assassinado, fato que causou impacto em toda gestão do Programa e na Economia Solidária do município de Campinas.

Após o primeiro seminário e fechado o convênio com a Prefeitura Municipal de Campinas, formaram-se duas comissões para dar andamento ao Projeto Incubadora. A primeira comissão, constituída por docentes, teve como função institucionalizar a ITCP/Unicamp. A outra comissão, constituída por pós-graduandos e um membro do grupo da Prefeitura, ficou responsável pelo processo de capacitação de formadores no final de 2001, para atender em situação emergencial esses grupos que estavam sendo formados pela Prefeitura Municipal de Campinas. Essa primeira etapa foi o Programa de Qualificação dessas cooperativas com a participação da ANTEAG na formação inicial.

Em março de 2002 a ITCP/Unicamp organizou junto à PREAC o “II Seminário de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares” e logo após se deu o fechamento da metodologia e então o início da incubação propriamente dita. Desde então, diferentes parceiros (prefeituras, governo federal, etc) financiam o trabalho da incubadora.

Para falar do histórico da ITCP/Unicamp também é necessário falar da nossa relação com as outras incubadoras. De maneira resumida, podemos dizer que as incubadoras surgiram no Brasil por uma iniciativa das próprias universidades a partir da relação com seu entorno. A fundação da primeira incubadora universitária ocorreu em 1996, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em 1997, um seminário de difusão das propostas e da metodologia da ITCP/COPPE/UFRJ fomentou o surgimento de novas incubadoras no mesmo ano e nos seguintes, o que levou, por sua vez, à organização da Rede de ITCPs em 1998. Formada inicialmente por um conjunto de seis ITCPs (UFRJ, UFC, UNEB, UFRPe, USP e UFJF), compreende hoje algumas dezenas de incubadoras que atuam em todo território nacional.

A Rede de ITCPs conta com coordenações regionais (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul). Tanto a rede nacional quanto as redes regionais contam com encontros anuais para discutir suas pautas comuns. Ao longo do tempo os encontros da rede sudeste assumiram forte caráter de formação dos formadores das ITCPs, passando a ser denominado “Encontro de Formadores da Rede Sudeste”.

O Encontro de Formadores é um evento que ocorre anualmente e é um dos poucos eventos da Rede de ITCP em que os formadores e não apenas os coordenadores podem se encontrar. Cada encontro tem um tema diferente, escolhido no encontro anterior. Embora cada edição desse Encontro seja puxada por uma incubadora a construção do Encontro também é coletiva, sendo feita em pré-encontros.

O primeiro Encontro de Formadores foi realizado em 2005 em Lavras-MG, tendo como tema a Metodologia de Incubação das ITCPs. Em 2006, o Encontro de Formadores aconteceu em São Carlos e teve como tema o perfil dos formadores, em 2007 voltou a ocorrer em Lavras e pautou a autogestão dentro das ITCPs. Em 2008 o Encontro pautou a relação das ITCPs e da Economia Solidária com os Movimentos Sociais, ocorrendo no Rio de Janeiro. O Encontro de 2009 foi na UNESP de Assis tendo como tema o Projeto Político Pedagógico (PPP) das ITCPs.

IV. CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

Neste item abordaremos as diferentes formas de produção de conhecimento na ITCP/Unicamp nas diferentes instâncias (grupos de estudos, equipes de incubação, coletivo, etc) e durante a ação, reflexão, registro, sistematização e socialização das nossas práticas. Optamos por não separar os momentos de ação, reflexão, registro, sistematização e socialização do conhecimento para nos contrapormos à ideia de que existe somente um lugar ou um método para construir conhecimento. A universidade é, na visão dominante, por excelência esse lugar de produção do conhecimento e os métodos mais privilegiados são o ensino pautado pela transmissão de conteúdo e a pesquisa (positivista). No entanto, existe uma série de correntes teóricas que reconhecem que existem diferentes métodos para a construção do conhecimento. Essas correntes entendem o conhecimento como um resultado da ação humana, construída pelos diversos grupos sociais e, por isso, permeada pelos valores e interesses desses grupos sociais.

Compartilhamos com esse campo minoritário o entendimento da construção social do conhecimento e, conseqüentemente, de sua não neutralidade, bem como as metodologias da Educação Popular e da Pesquisa-Ação. O diálogo entre o conhecimento acadêmico e o conhecimento popular é um dos elementos fundamentais para a transformação radical da sociedade.

O conhecimento, quando entendido como neutro, induz à percepção da ciência como uma verdade que não é passível de questionamento, uma verdade única e intrinsecamente positiva para a humanidade. Essa ideia justifica a construção do conhecimento como atividade a ser realizada por poucos (e geniais) cientistas e, por isso, privilégio da academia. Acreditamos, todavia, que os seres humanos constroem o conhecimento em sociedade,

na relação com o outro, na ação, na reflexão. Portanto, a construção do conhecimento é um processo necessariamente coletivo. Com essa concepção, não queremos negar a possibilidade de reflexão individual, mas nos contrapor à apropriação individualista do conhecimento, à negação deste ao coletivo e, principalmente, à negação dos conhecimentos produzidos fora dos muros da universidade.

Com a Educação Popular (um de nossos princípios) aprendemos que a emancipação ou a humanização de todos os envolvidos em uma relação dialógica deve ser o fundamento de qualquer processo de construção de conhecimento. Com a Pesquisa-Ação descobrimos alguns exemplos concretos de como construir esse diálogo de forma a valorizar o conhecimento acadêmico sem torná-lo uma imposição à ação popular.

Em relação à extensão, em consonância com o Plano Nacional de Extensão Universitária, acreditamos que esta é uma atividade acadêmica capaz de alterar o rumo da universidade brasileira, no sentido de contribuir significativamente para a mudança da sociedade. As bases teóricas que regem a construção do conhecimento acadêmico são, portanto, para nós, motivo de reflexão constante para que nossos instrumentos metodológicos contribuam na superação do quadro de opressão a que trabalhadores e trabalhadoras brasileiras historicamente estão sujeitos. Isso significa que acreditamos que, por meio da extensão, a universidade pode criar um canal de comunicação com o restante da sociedade, tornando a construção do conhecimento um processo mais democrático, e, por isso, relevante.

Quando pensamos nessa relação universidade-sociedade, a autogestão, outro dos nossos princípios, e um dos fundamentos da Economia Solidária, é também um elemento chave que perpassa (ou que deveria perpassar) o processo de construção do conhecimento. A autogestão quando fundamento da incubação e da extensão nos leva, necessariamente, à construção coletiva do conhecimento.

No entanto, a autogestão, dentro de uma estrutura tradicionalmente hierárquica, como é a universidade, nos traz também alguns limites. No entanto, essa limitação não compromete nossa intenção autogestionária nem sua prática diária na Incubadora. A autogestão exige dos formadores olhares atentos para os mecanismos pelos quais tomamos decisão, apresentamos nossos interesses, representamos a Incubadora externamente, agimos diante dos problemas, divergimos com o outro e produzimos conhecimento. A ausência de uma figura formalmente encarregada de controlar essas atividades coloca automaticamente a responsabilidade sobre o coletivo. Compreender essa responsabilidade, saber lidar com ela e estabelecer uma postura propositiva diante de inúmeras questões representam funções pedagógicas para os formadores. Ao encontrar na Incubadora um espaço que permite expressar seus valores, crenças, expectativas e visões de mundo, o formador acessa toda a aprendizagem que a vivência na autogestão pode proporcionar.

Podemos dizer então que a interação que surge quando há participação de todos dispara múltiplos e simultâneos canais, através dos quais aprendemos na prática o significado de democracia e respeito. E é pelo exercício constante do diálogo que nos propomos a esse contínuo atrito de ideias e visões de mundo. Ao não fazermos do conflito uma disfunção a ser corrigida, compreendemos que para a organização autogerida não há “um melhor jeito de se fazer” as coisas, senão aquele que é feito por todas as pessoas envolvidas. Isso também é verdade quando pensamos na construção do conhecimento, pois tendo a autogestão como fundamento não há um conhecimento verdadeiro, mas muitos, que se encontram e se transformam, gerando um novo tipo de conhecimento, também democrático e transformador.

Toda interação entre nós nesse construir organizacional, portanto, estabelece uma relação de mútuo reconhecimento. Aprendemos a reconhecer o outro como um legítimo outro na convivência diária. Esse exercício constrói e reconstrói em nós uma postura que afirma a legitimidade da opinião, dos valores e dos saberes que nos são alheios. Essa capacidade-fruto da intenção autogestionária nos ensina “como” e nos prepara para estabelecer as relações de incubação com os trabalhadores dos empreendimentos econômicos solidários.

Assim, a construção do conhecimento que parte da autogestão se fundamenta na igualdade entre as pessoas e entre os diferentes saberes envolvidos. Por isso, ao reconhecermos o diferente a partir da academia, se torna necessária a articulação do conhecimento científico com o popular, na busca por um saber válido a serviço da transformação da sociedade.

Apresentaremos a seguir, algumas de nossas práticas consolidadas de construção do conhecimento. Ao apresentá-las temos o intuito de tornar mais claro e menos abstrato como concebemos nossa relação com os empreendimentos incubados e como, a partir dessas práticas, construímos conjuntamente o conhecimento

Educação Popular

A Educação Popular é para nós um princípio, mas também uma prática na qual há construção de conhecimento. Embora Paulo Freire não tenha utilizado a palavra autogestão, encontramos nessa forma de compreensão do processo pedagógico um sentido profundamente autogestionário. Isso porque Paulo Freire foi pioneiro em decifrar teoricamente os mecanismos do modelo educacional vigente até hoje, que denominou de educação bancária, e em propor os princípios orientadores de uma educação emancipadora. O método de ensino, em que o conteúdo é depositado nos educandos, de forma fragmentada e parcelar, se pauta por uma estrutura hierárquica, anti-dialógica e produz um efeito domesticador sob os educandos.

E como deve ser a educação para liberdade? Como deve ser a educação para a sociedade dos produtores livremente associados? Essa outra educação, nos ensina Paulo Freire, precisa ser pautada pelo diálogo e pela ação-reflexão coletiva. As palavras geradoras ou os temas geradores desse processo educativo precisam ser significativos para os educandos e estar relacionados com a luta para a transformação da realidade em que se encontram inseridos. A análise da situação concreta de vida dos educandos enquanto processo educativo transforma as “situações limite”, em que aparentemente se encontram, em “inéditos viáveis”.

E nesse movimento, partindo da aparência e mergulhando na essência das relações sociais, a transformação concreta da realidade se torna uma ação cada vez mais possível, viável e necessária. Dessa forma a Educação Popular compreende a construção de conhecimento necessariamente como ato de transformação.

O princípio da dialogicidade, da ação-reflexão e do desvelamento das situações de opressão estão presentes nos processos de incubação da ITCP. A Educação Popular é a forma de compreensão do processo pedagógico subjacente a todas as práticas desenvolvidas junto aos EES. As formadoras e os formadores da ITCP buscam, dentro das diferentes áreas de atuação da incubadora, vincular o saber acadêmico ao conhecimento popular, o que transforma profundamente o processo de construção do conhecimento que é proposto pela academia. Assim, por meio de uma práxis junto aos coletivos de trabalhadores que tem a autogestão em seu horizonte, estudantes de economia, engenharia, direito, ciências sociais, geografia, entre outros, descobrem-se educadores populares.

23

Escola do Trabalho

Para essa articulação de saberes se realizar concretamente, nós temos também como um pilar metodológico o conhecimento desenvolvido por Pistrak. Em sua obra “Fundamentos da Escola do Trabalho”, este educador russo concebe a escola como mais um instrumento que auxilia as pessoas a compreenderem seu papel de lutar contra as estruturas do capital. A Escola do Trabalho fundamenta-se no estudo das relações do homem com a realidade atual e na auto-organização dos alunos. Uma vez que a realidade atual se dá na forma da luta de classes, trata-se de penetrar essa realidade e viver nela – daí a necessidade de a escola educar os jovens conforme a realidade do momento histórico, adaptando-se a ela e, por sua vez, reorganizando-a.

Assim enxergamos também o espaço dos empreendimentos populares. É claro que há uma grande diferença entre as duas intenções (Pistrak e ITCP): não vivemos um período revolucionário como Pistrak viveu. Não temos apoio do Estado para a implementação do cooperativismo como havia na época da Revolução Russa para a implementação da escola do trabalho. De qualquer forma, com limites e dificuldades, tanto Pistrak como a ITCP pautam-se pelo debate do ser humano e seu trabalho, estudo da realidade e intervenção nela através da auto-organização e da solidariedade.

Assim como Pistrak colocava, os formadores devem enxergar o conhecimento como um instrumento flexível que deve se adaptar as exigências do real, aos momentos do empreendimento. Esse é um processo dialético sutil entre demanda e formação e entre conhecimento científico e saberes populares.

O trabalho nos empreendimentos dentro de um sistema capitalista coloca varios obstáculos aos trabalhadores que geram a possibilidade do estudo e aprofundamento teórico para entendimento das raízes reais dos problemas. Pistrak sempre defendeu que a educação se desse a partir de atividades reais, trabalhos práticos de onde a problematização surgisse de forma direta.

O empreendimento popular, mais até do que a escola para Pistrak, nos dá possibilidade para o debate e estudo, pois as atividades de formação brotam das dificuldades próprias do trabalho autogerido numa sociedade capitalista. A grande dificuldade do empreendimento popular está vinculada justamente a uma de suas funções básicas: gerar renda. Pelas condições de pobreza dos trabalhadores, muitas vezes, se torna difícil que esses enxerguem a importância da formação, que passa a competir com o tempo da produção. É fundamental, portanto, para não banalizar o trabalho de formação, que este tenha sentido prático e real para os trabalhadores, isto é, que a formação surja a partir de dificuldades

evidentes (ou que possam ser evidenciadas) encontradas no trabalho do empreendimento. Ao mesmo tempo, os trabalhadores devem entender a formação como trabalho inerente ao tempo de produção e, inclusive, devem ser remunerados por essas horas de estudo.

É importante que a equipe perceba que tanto quanto o aprendizado e debate sobre o funcionamento interno do empreendimento é fundamental o aprendizado sobre as relações políticas externas, construção do movimento que possa materializar uma luta econômica e política, pressionando o Estado burguês a cada vez mais conceder espaços para a economia solidária.

Complexos Temáticos

A organização do programa de ensino, segundo Pistrak, deve orientar-se através dos “complexos”, cujo tema é escolhido segundo os objetivos da escola. O critério para seleção dos temas do complexo deve ser procurado no plano social e não no plano meramente pedagógico. O complexo deve ter significado relevante no âmbito social, de modo que permita ao aluno a compreensão do real. Trata-se de selecionar um tema fundamental que possua um valor real, e que depois possa ser associado sucessivamente aos temas de outros complexos. O estudo de complexos só tem sentido na medida em que “eles representam uma série de elos numa única corrente, conduzindo à compreensão da realidade atual”. O complexo é um meio, acentua Pistrak, não um fim em si. Isso só tem sentido se for compreendido pelos alunos – caso contrário é melhor renunciar a esse método, ensina Pistrak. O papel do complexo é treinar o aluno no método dialético, e isso só pode ser conseguido na medida em que ela assimile o método na prática, compreendendo o sentido de seu trabalho. O estudo por esse método só é produtivo se estiver vinculado ao trabalho real dos alunos e à sua auto-organização na atividade social prática interna e externa à escola. Pistrak enfatiza a necessidade de estruturar complexos geradores de ação. Uma ação determinada pode ser a razão de um complexo. Isto é importante para o educador organizar a atividade profissional das crianças e dirigir o trabalho social da escola. O método proposto por Pistrak representa uma ruptura com a pedagogia burguesa, possibilitada pela Revolução.

Em nosso trabalho de incubação utilizamos um recurso semelhante aos complexos citados por Pistrak. A incubação é feita através de eixos temáticos que norteiam os trabalhos dos formadores. A realidade é complexa, por isso a subdividimos em várias áreas específicas para fins de estudo. Mas a escola, da forma como existe hoje, faz com que essa divisão na verdade se torne alienação. O educando (e muitas vezes o educador também) não consegue enxergar através da miríade de conceitos e questões uma unidade, uma ligação sistêmica. A escola, portanto esconde a complexidade da realidade através da fragmentação. Para o trabalho de incubação também atuamos a partir de algumas áreas específicas. Não podemos, no entanto, permitir que essa divisão funcione como alienação tanto para os cooperados como para os formadores. Os complexos temáticos para Pistrak e os eixos temáticos para a ITCP buscam quebrar essa possível alienação. Todas as áreas devem buscar seguir o eixo temático dentro de seu trabalho específico e, através de um planejamento maior dos eixos, programar a seqüência de conteúdos. Os eixos, dentro do empreendimento, estão sempre diretamente relacionados ao trabalho.

Tecnologia Social

Falar da construção conhecimento significa falar também da construção de tecnologias. Embasados por estudos teóricos e pela prática de incubação, entendemos a ciência e a tecnologia como socialmente construídas a partir da interação de grupos sociais e, portanto, não neutras. Na sociedade capitalista, a tecnologia disponível, qual chamamos de tecnologia convencional ou tecnologia capitalista, é desenvolvida para e pela empresa privada e por isso carrega em si valores e interesses contraditórios à autogestão e à Economia Solidária. Ela serve apenas para a sociedade que a construiu e, por isso, para uma sociedade

diferente é necessária uma tecnologia diferente.

Não acreditamos, porém, que precisamos começar do zero e jogar fora a ciência e a tecnologia disponível, mas sim sermos capazes (formadores e trabalhadores) de compreender essa tecnologia e reprojeta-las segundo os valores e interesses dos empreendimentos incubados. Esse reprojeto deve se dar com a participação dos trabalhadores durante o processo de desenvolvimento da tecnologia, pois não basta que essa tecnologia seja construída dentro das universidades com engenheiros e cientistas que buscam incorporar valores e interesses alternativos na tecnologia convencional. É necessário garantir e fomentar processos participativos nos quais os próprios trabalhadores materializem seus valores e interesses, em soluções tecnológicas, na organização da produção e do trabalho.

Sendo assim, entendemos a Tecnologia Social como um processo e não apenas como um produto e ressaltamos a importância da sua construção coletiva e democrática. Seu desenvolvimento depende, portanto, de um diálogo permanente entre universidade e sociedade, entre formadores e trabalhadores, entre saber popular e saber acadêmico.

O Comunicador Popular

O cenário dos meios de comunicação na sociedade capitalista é marcado pela concentração dos meios de produção da comunicação nas mãos de poucos: monopólios e oligopólios de informação. As informações veiculadas se põem a serviço dos interesses políticos e econômicos da classe dominante e a comunicação se faz monológica, unidirecional e vertical. Nesse contexto, a partir dos anos 1970 e 1980, emerge dos movimentos populares uma forma alternativa de comunicação, a Comunicação Popular, que se propõe a ser mais que uma forma de mídia contrária à comunicação dominadora, abarcando em si aspectos formativos da classe popular.

Compreendemos a Comunicação popular como uma ação comunicadora que objetiva a expressão da classe oprimida, que, mobilizada, luta para atingir os interesses da luta social e da participação política, visando uma transformação social rumo ao fim da opressão capitalista.

Construída de forma coletiva, a comunicação popular fomenta a organização horizontal, participativa e dialógica do povo. Trata-se de uma comunicação democrática e participativa, em que todos sejam emissores e receptores em potencial. Nesse contexto é que se baseia a figura do comunicador popular, muito mais como alguém que levanta questões e oferece respaldo técnico ao grupo do que como alguém que gera a comunicação de maneira individual e centralizada.

O papel do formador ou assessor de comunicação, enquanto comunicador popular, é fomentar e desenvolver a comunicação popular tanto nos grupos incubados quanto na incubadora. Tendo embasamento sobre a teoria da comunicação e o funcionamento dos meios tecnológicos de comunicação, o comunicador popular promove o diálogo e a troca de saberes entre os participantes do processo de comunicação de maneira que todos possam se apropriar da mídia utilizada. Desse modo, a comunicação não se resume a mera transmissão de informação, mas à tomada de consciência crítica.

Por isso, na prática da ITCP com os grupos incubados, o comunicador popular trata da elaboração de materiais de comunicação não como resultado (cartaz, pôster, logotipo), mas como um processo educativo. Quanto mais os membros do empreendimento se apropriarem da mídia utilizada, maior a possibilidade deles se tornarem participativos e emissores. Por isso, buscamos discutir os conceitos da comunicação, como eles são usados pelas empresas capitalistas, o objetivo do empreendimento em se comunicar, a situação da comunicação majoritária atual, quais informações são veiculadas e quais interesses existem na comunicação. O objetivo desse processo é uma comunicação emancipadora, em que os indivíduos se conscientizam da alienação imposta pela grande mídia e tenham a possibilidade de acesso aos meios de comunicação, tanto como receptores quanto como emissores. Além disso, com uma construção coletiva da comunicação tem-se um resultado mais legítimo e representativo do empreendimento, se comparado ao resultado obtido utilizando a comunicação convencional.

O Engenheiro Educador

Outra prática a ser apresentada, dentro da perspectiva de construção do conhecimento, é o papel que engenheiro e tecnólogos têm no processo de incubação. Nesse novo cenário, o engenheiro deve deixar de atuar como responsável pela solução de um problema tecnológico, como esperam a academia, os trabalhadores e a própria equipe de incubação. Sendo também um educador popular, ele deve atuar como mediador de processos participativos para busca de alternativas tecnológicas para os empreendimentos incubados.

Isso significa dizer que os engenheiros não devem mais “produzir” tecnologias dentro da universidade para os empreendimentos, pois é no próprio processo de incubação, por meio de uma constante interação entre equipe de incubação e trabalhadores, é que se desenvolve essa tecnologia. Com isso, o engenheiro tem o papel de promover diagnósticos participativos para elencar quais seriam os principais problemas enfrentados no processo produtivo dos empreendimentos e, a partir disso, elaborar oficinas para buscar, com os trabalhadores, a melhor solução para esses problemas e conceber tecnologias sociais adequadas para aquela realidade.

Dizer que o engenheiro é um “mediador” significa dizer que ele é responsável por transitar entre os saberes acadêmico e popular para promover a construção coletiva de tecnologias sociais. Por outro lado, cabe ao engenheiro promover processos educativos para que também os trabalhadores possam transitar entre os diferentes tipos de saber. Isso, no entanto, não significa que o engenheiro não deva disponibilizar o conhecimento adquirido na sua formação convencional. Esse conhecimento pode ser útil se socializado com os trabalhadores dos empreendimentos e reprojetoado segundo os interesses desses trabalhadores. Ao engenheiro cabe então não apenas valorizar o saber popular, mas também desmistificar o saber acadêmico como verdade absoluta. Para atingir esses objetivos e

produzir tecnologias adequadas à Economia Solidária, os engenheiros devem estar comprometidos com processos participativos de transformação da realidade e, por isso, devem ser não só engenheiros, mas também educadores populares. A esse engenheiro chamamos Engenheiro Educador.

26

V. METODOLOGIA DE INCUBAÇÃO

A ITCP/Unicamp está estruturada de maneira a aproximar o estudo e a pesquisa realizados nas mais diversas áreas do conhecimento ao trabalho direto com os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Essa aproximação tem a finalidade de produzir um saber válido para a transformação da realidade desses empreendimentos.

A figura a seguir ilustra o funcionamento da incubação da ITCP/Unicamp e os seus dois pólos.

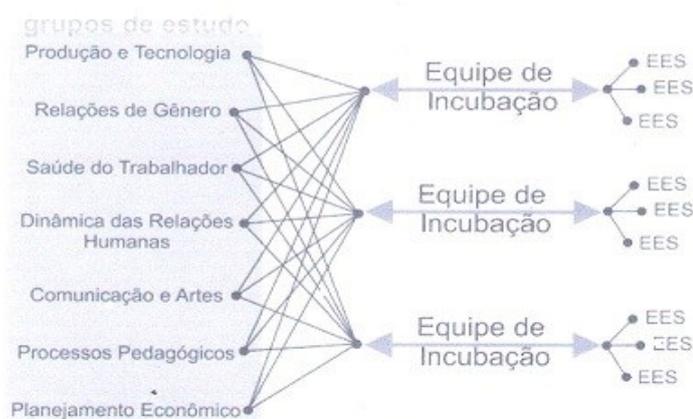


Figura 1 – Estrutura organizacional da ITCP/Unicamp (elaboração própria)

De um lado, temos as diferentes áreas do conhecimento presentes na incubadora na forma de Grupos de Estudo e Pesquisa em Economia Solidária (GEPES). Do outro lado, temos os Empreendimentos Econômicos Solidários incubados. A equipe de incubação, eixo central das atividades da ITCP/Unicamp e que trabalha diretamente com os grupos incubados, é formada por uma combinação das áreas do conhecimento que compõem a incubadora.

Atualmente, na ITCP/Unicamp, existem sete áreas do conhecimento, como mostra a figura.

Todo(a) formador(a) da incubadora está inserido(a) em uma equipe de incubação, na qual exerce sua prática, e em um grupo de estudo, no qual busca referenciais teórico-metodológicos. Assim, temos grupos de estudo e pesquisa disciplinares que se articulam na incubação dos Empreendimentos Econômicos Solidários em um processo interdisciplinar, formando as equipes de incubação. Isso nos conduz a uma prática registrada, refletida e transformada pela teoria; e a uma teoria “alimentada” e reprojeta pela prática.

Além dos GEPES e equipes, a ITCP, conta com a Coordenação Executiva (CE), com a Coordenação Geral (CG), que é constituída da CE, com um representante de cada equipe e com os assessores, e com o “Coletivo” que é a reunião de todos os formadores e instância máxima de deliberação.

A metodologia da ITCP/Unicamp está fundamentada na ação de Equipes de Incubação. O processo de incubação é subdividido em três etapas: pré-incubação, incubação e desincubação. Na primeira etapa, acontece o estudo da realidade do empreendimento a ser incubado à luz de diagnósticos e questões específicas de cada uma das sete áreas de conhecimento da Incubadora. É o momento de conhecer a realidade do grupo, sua história, e estabelecer os primeiros laços entre este e a equipe de incubação. Esse diagnóstico é direcionado pelos GEPES e elaborado a partir da observação dos formadores, e também de oficinas e debates com os grupos, buscando levantar temas geradores para o trabalho. A partir desse estudo, é projetado, em conjunto com os trabalhadores e as trabalhadoras, um Plano de Incubação para cada empreendimento. Vale ressaltar a importância da construção conjunta desse Plano, privilegiando a troca de saberes entre a universidade e os grupos populares, e não afirmando uma supremacia do conhecimento acadêmico em relação à realidade destes.

A segunda etapa, o período de incubação, consiste na execução do Plano construído conjuntamente e tem, portanto, duração mais longa. É permeada por um intenso trânsito entre as o trabalho das equipes com os grupos e os estudos dos GEPES. É, nessa etapa, que os conhecimentos acadêmicos são colocados à prova, isto é, são utilizados, avaliados e reprojeta segundo as condições específicas de cada empreendimento e segundo os princípios da Economia Solidária. Nesse processo, os GEPES atualizam seus debates e experimentam novas formas de intervenção.

A última etapa, desincubação, é a finalização da incubação, que deve culminar com o alcance das metas e objetivos levantados durante o processo de incubação. Almejamos, nessa etapa, a sustentação financeira e o fortalecimento político do empreendimento por meio de sua inserção em redes de Economia Solidária. É preciso ressaltar que percebemos os limites da incubação para promover a viabilidade dos empreendimentos¹.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para além de um documento fruto de escrita e discussões coletivas, o que conseguimos com esse processo? Esse documento situa as bases e os acúmulos teóricos e metodológicos de uma jornada que segue se resignificando ao se defrontar com a realidade, uma análise da compilação dos textos e ideias que nos garante uma visualização dos diferentes debates e posturas que compõe hoje a Incubadora. O que oferecemos é uma sistematização de consensos possíveis. Esperamos, para a nossa própria sorte, que nos auxilie a dar um passo adiante: discutirmos os pontos em que há conflito e, assim, progressivamente, acertarmos a sintonia de nossa atuação política, aquela garantidora de maior segurança nos momentos de enfrentamento e proposição às quais a prática e o incentivo da autogestão devem fatalmente caminhar.

Percebemos nesse processo que duas das linhas mestras orientam nossas convergências: a Autogestão e a Educação Popular. Ambas perpassam nossas práticas e embasam as diversas teorias com as quais nos identificamos, ambas trazem profunda admiração e respeito por parte dos membros de nosso coletivo de formadores, ambas conformam a construção diária do motivo de ser da ITCP/Unicamp.

A prática autogestionária, presente historicamente na luta dos trabalhadores, surge a partir da necessidade de auto-organizar e auto-governar, e nos traz a ideia de que é preciso renovar as estratégias de atuação política. Dentro da Universidade Pública, dominada pelos imperativos da eficiência tecnológica e empresarial, distante do povo, seguimos o mesmo pensamento, e a Educação Popular congrega as diretrizes de uma nova estratégia de construção da relação Universidade-trabalhadores. Em ambos os casos, a luta pelo conteúdo é inseparável da luta pela forma.

Para finalizar a resposta à pergunta feita anteriormente, temos em mente que essa é uma carta de intenções políticas. O que todo o processo de confecção de um novo projeto político realmente nos garantiu é algo que só poderá ser dito com referência a um contexto histórico específico, em que o uso deste instrumento adquira diversos sentidos além do atual.

Para finalizar, vale ressaltar aqui que o aprender cotidiano só é reconhecido diante da compreensão – e aceitação – de que somos seres intelectualmente inacabados, e que nossa formação acadêmica deve ser estendida para além de qualquer das grades curriculares dos tantos cursos dentro e fora da universidade. Já tarda a hora de reconhecermos que os desafios que este mundo desigual e injusto nos apresenta exigem conhecimentos e habilidades que as salas universitárias de hoje não nos proporcionam. Esse artigo traz um pouco do aprendizado coletivo que a extensão nos traz, apontando caminhos e possibilidades de reflexão e ação.

REFERÊNCIAS

1.- O processo de incubação é um dos fatores que fortalece a Economia Solidária, mas se não houver crédito, infra-estrutura e políticas públicas específicas para o desenvolvimento dos empreendimentos, a incubação, muitas vezes, corre o risco de se tornar pouco efetiva do ponto de vista da viabilidade econômica dos empreendimentos. Mas essa percepção em nada invalida a necessidade do processo de incubação, tanto para os empreendimentos, quanto para a universidade.

28

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILAR, Luis E. La Gestión de la Educación: su significado a partir de propuestas pedagógicas institucionales. III Congreso Latino-Americano de Administración da Educação 1997, Campinas, São Paulo.

BERNARDO, J. A Autogestão da Sociedade Prepara-se na Autogestão das Lutas. Revista Piá Piou, 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A Educação Popular na Escola Cidadã. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

FREIRE, Paulo. Educação e Mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1999.

MARCONSIN, Adauto Fernandes. Política pública de economia solidária : uma política em construção. Campinas, SP: [s.n.], 2008.

NASCIMENTO, Claudio. Autogestão: Economia Solidária e Utopia. Otra Economía, 2008, p. 27-40

PATROCINIO, Wanda P.. Cooperativas Populares: Representações Sociais, Trabalho e Envelhecimento. Dissertação de Mestrado. FE/Unicamp. 2005. 95 p.

PISTRAK, Moisey M. Fundamentos da Escola do Trabalho. São Paulo: Brasiliense, 1981.